



## **Histórico do Acesso à Água**

A região do Semiárido sofre com períodos prolongados de seca, que causam grandes prejuízos à população e até mesmo mortes. O drama das secas tem uma longa história, e o primeiro registro nos documentos portugueses é em 1532, três anos após a chegada do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa.

Durante os séculos XVIII e XIX, a população do Semiárido sofreu com 10 fases crônicas de estiagem. Entre os anos de 1877-1879, a seca foi mais forte, matando cerca de 500 mil pessoas.

No século XX, também aconteceram acentuados períodos de seca, como as de 1915 e de 1919. Tiveram ainda grandes estiagens em 1932, 1958 e 1979-1984, sendo esta última considerada a maior dessa época. Em 1993, a região também foi castigada por um longo período de seca.

Não há como evitar esses períodos de seca prolongada. A solução é as famílias se adaptarem ao ambiente, respeitando a natureza e associando-se a ela, e não combatendo-a. Devem ser rompidos antigos paradigmas culturais, sociais, ambientais e políticos para poder avançar. O conceito negativo de Semiárido deve deixar de existir. Só assim a população da região irá conviver melhor com os recursos disponíveis no Semiárido.

### 1999

A Articulação no Semiárido (ASA) elabora proposta para garantir acesso à água para consumo das famílias rurais do Semiárido, o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), com a construção de cisternas de armazenamento de água da chuva. Essas cisternas abastecem uma família de até cinco pessoas no período de seca.

### 2001

A parceria entre a ASA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolve projeto-piloto para a construção das primeiras 500 cisternas.



A Agência Nacional de Águas (ANA) financia 12.400 cisternas, o que resulta na construção de 12.750.

### 2003

O acesso à água de qualidade torna-se componente fundamental da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS e uma das ações do Fome Zero.

O MDS, por meio de parceria com a ASA, passa a apoiar e financiar o P1MC.

### 2004

O MDS libera R\$ 200 milhões para a construção de cisternas para armazenamento de água da chuva até 2007. Assim, vieram apoios a iniciativas estaduais, o que levou o Ministério a celebrar convênios com os estados da Bahia, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

### 2005

O MDS firmou convênios com os estados de Sergipe, Alagoas, Minas Gerais e Ceará, possuindo assim convênios com todos os estados do Semiárido para a construção de cisternas para beber. Os recursos para a formalização desses convênios foi liberado pelo Ministério da Integração Nacional (MI) no valor de R\$ 50 milhões.

O MI instituiu uma nova delimitação do Semi-Árido brasileiro, que atualizou os critérios de seleção e os municípios que passam a fazer parte dessa região.

### 2007

O MDS lança, pela primeira, vez convênios diretamente com municípios com seleção por edital público, resultando na construção de 43 cisternas para beber e outras 43 cisternas para comer em escolas municipais.



O MDS formalizou novo termo de parceria com a ASA para implementação de tecnologias sociais de aproveitamento hídrico para a produção de alimentos para o autoconsumo.

Parceria firmada entre o MDS, a Codevasf e a ASA objetiva a implementação de projeto-piloto de construção de equipamentos para coleta de armazenamento de água para a produção de alimentos para o autoconsumo.

## 2008

O MDS celebrou 21 novos convênios com municípios.

O MDS também expandiu a área de atuação da Segunda Água, formalizando convênios com três novos estados: Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte.

Já com a Bahia, o Ministério inovou formalizando convênio com o Estado para o projeto-piloto Cisternas nas Escolas, com meta de atendimento em 43 escolas públicas da zona rural e também atendimento à comunidade escolar com a construção de 811 cisternas domiciliares.

Parceria entre o MDS e o MI visa a universalizar nos próximos três anos o acesso à água nos municípios da Calha do Rio São Francisco, associando a construção de cisternas com alternativas de acesso à água.

## 2009

O MDS formalizou 40 novos convênios municipais para a construção de cisternas.

O MDS publica a Instrução Operacional nº 001/2009 para orientar gestores do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) quanto ao cadastramento de famílias para o Programa Acesso à Água para Segurança Alimentar.